

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2026/17563	26533/2026	Proposta à Câmara Municipal
Assunto do Processo		
Proposta à Câmara Municipal - Legalização de operação urbanística - Lugar de Ventoso, lote D5, freguesia de Lomar		
Unidade Administrativa		
DU - [INTERNO]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



DESPACHO

Processo: 36332/2025

Resolução com número e data apresentados na margem

Procedimento: Legalização de operação urbanística - #G0148#

Assunto do Processo: Legalização de operação urbanística

Presidente da Câmara Municipal de Braga.

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Nos termos da informação técnica anexa, conclui-se que o projeto de legalização reúne as condições de aprovação nos termos acima indicados pelo que se propõe o seu deferimento.

O processo encontra-se completo, apresentando os projetos de especialidades necessários à obra a legalizar, de acordo com a informação técnica da DPU n.º 2026-14054, de 18/05/2026.

Nos termos do n.º 1, do artigo 74.º da redação em vigor do RJUE, dever-se-á informar o requerente que o recibo de pagamento das taxas legalmente devidas, constitui condição de eficácia da licença.

À reunião de Executivo para deliberação, no âmbito do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro na sua redação atual.

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2026/17396 de 20 de Maio de 2026.

RESOLUÇÃO

Defiro o pedido de legalização apresentado ao abrigo do presente processo, nos termos e condições impostas pela informação e despachos que antecedem.

Despachos

- A 19/05/2026, Rita Joaquina Matias da Silva de Sousa Freire, na qualidade de Diretor de Departamento: "Concordo. Propõe-se a aprovação do Projeto de arquitetura (legalização). Notifique-se a requerente a apresentar as especialidades."

Município de Braga, à data da assinatura eletrónica.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



PROCESSO: 36332/2025
REGISTRO ENTRADA: 2026-E-RE-11713

LOCAL DA OBRA: LUGAR DE VENTOSO, LOTE D5, FREGUESIA DE LOMAR
ASSUNTO: LEGALIZAÇÃO DE OPERAÇÃO URBANÍSTICA

INF_19/05/2026

1. CARACTERIZAÇÃO DA PRETENSÃO

- 1.1. O requerente, através do registo de entrada n.º 2025-E-RE-19246, de 03/09/2025, apresenta um pedido de legalização de um edifício unifamiliar do tipo T3 com 3 pisos (incluindo garagem e muros de vedação), localizada no lote **D5 do Alvará nº 32/2005**, a levar a efeito no prédio sito no Lugar de Ventoso, freguesia de Lomar, concelho de Braga, que incide sobre o prédio descrito na 2.ª Conservatória do Registo Predial de Braga sob o n.º 1230/20050915, inscrito na matriz de natureza urbana sob o artigo n.º 1490.
- 1.2. Através do registo 2026-E-RE-11713 vem apresentar elementos que pretendem responder ao despacho n.º 2026-9185.
- 1.3. **Procedimento:** Nos termos do disposto no n.º 1 do Artigo 102.º-A, alínea a), do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual e do Artigo B-1/18.º do Código Regulamentar do Município de Braga, alínea a), é aplicável o procedimento de **legalização** de operação urbanística, uma vez terem sido realizadas operações urbanísticas sem os necessários atos administrativos de controlo prévio.

2. ANTECEDENTES

- 2.1. Para o local da pretensão localizaram-se os seguintes antecedentes:
 - Processo n.º GU/2007/9920/0 – lote D5
 - Processo nº 1/2002/6027/0
 - Alvará de loteamento nº 32/2005 – Alteração n.º 6 de 14/08/2023

3. ANÁLISE DA PROPOSTA

- 3.1. A operação urbanística localiza-se no Lote D5 do alvará de loteamento n.º 32/2005, tendo sido aprovado projeto a que corresponde o processo n.º 2007/9920. Sucede que a obra não foi executada em conformidade com o projeto aprovado, pelo que vem o requerente apresentar a legalização de moradia unifamiliar de tipologia T3 e dos respetivos muros de vedação.
- 3.2. A emissão do alvará de loteamento é anterior à entrada em vigor do DR 9/09, de 29.05. Neste contexto, no que respeita aos corpos balançados propostos, entende-se ajustável a aplicação dos critérios enunciados na Orientação Interna DGUEP n.º 1/2017, não se contabilizando para o cálculo da área de construção: alpendres, varandas cobertas e corpos balançados fechados.
- 3.3. O projeto de arquitetura encontra-se em conformidade com o alvará de loteamento no que diz respeito a implantação, cerca e ocupação.
4. O pedido de legalização encontra-se devidamente instruído, conforme informação da DPU n.º 2026-14054, de 18/05/2026.



5. PROPOSTA

Face ao atrás exposto, conclui-se que o projeto de legalização reúne as condições de aprovação nos termos acima indicados pelo que se propõe o seu deferimento.

O processo encontra-se completo, apresentando os projetos de especialidades necessários à obra a legalizar, de acordo com a informação técnica da DPU n.º 2026-14054, de 18/05/2026.

Nos termos do n.º 1, do artigo 74.º da redação em vigor do RJUE, dever-se-á informar o requerente que o recibo de pagamento das taxas legalmente devidas, constitui condição de eficácia da licença.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

